

Demonstrações Contábeis

**STN - Sistema de Transmissão Nordeste
S.A.**

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado5

Demonstração do resultado abrangente.....6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido7

Demonstração dos fluxos de caixa8

Notas explicativas às demonstrações contábeis9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 01 de Março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balanço patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	107.238	39.989	Fornecedores		422	218
Concessionária e permissionárias	5	19.380	21.180	Fornecedores - partes relacionadas	12	574	596
Concessionária e permissionárias - partes relacionadas	5 e 12	477	525	Taxas regulamentares e setoriais	9	1.997	1.560
Ativo Contratual da Concessão	6	95.510	86.301	Imposto de renda e contribuição social a recolher		6.588	7.544
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.634	2.951	Outros tributos a recolher		1.718	6.562
Outros tributos a recuperar		10	3.363	Encargos regulatórios diferidos	8	12.475	12.148
Serviços em curso		5.305	6.770	Outras obrigações		7.904	7.834
Ativo financeiro setorial		-	22.140				
Outros créditos		3.407	3.013				
Total do ativo circulante		233.961	186.232	Total do passivo circulante		31.678	36.462
Depósitos judiciais		713	713	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	127.906	125.411
Concessionárias e permissionárias - outros créditos	5	1.214	1.214	Encargos regulatórios diferidos	8	69.679	70.046
Ativo financeiro setorial		-	17.694	Provisão para contingências	10	876	876
Ativo Contratual da Concessão	6	572.992	579.379	Outras obrigações		972	848
Outros créditos		28	28				-
Imobilizado		-	55				
				Total do passivo não circulante		199.433	197.181
Total do ativo não circulante		574.947	599.083				
				Patrimônio líquido			
				Capital social		374.447	374.447
				Prejuízos acumulados		203.350	177.225
				Total do patrimônio líquido		577.797	551.672
Total do ativo		808.908	785.315	Total do passivo e patrimônio líquido		808.908	785.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	13	142.527	97.183
Custos de operação	14	(21.543)	(24.433)
Lucro bruto		120.984	72.750
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	14	(3.694)	(3.505)
Pessoal		(3.049)	(3.862)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(3.234)	(3.226)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		229	45.149
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		111.236	107.306
Receitas financeiras	15	10.732	10.672
Despesas financeiras	15	(119)	(163)
Resultado financeiro líquido		10.613	10.509
Resultado antes dos impostos		121.849	117.815
Imposto de renda e contribuição Social Corrente	16	(16.869)	(18.358)
Imposto de renda e contribuição Social Diferido	16	(2.494)	2.827
Lucro líquido do exercício		102.486	102.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido / Prejuízo do exercício	102.486	102.284
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>102.486</u>	<u>102.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	374.447	71.027	57.374	52.958	-	555.806
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior	-	-	-	(52.958)	-	(52.958)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	102.284	102.284
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal	-	3.862	-	-	(3.862)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	26.021	-	(26.021)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(18.100)	(18.100)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(35.360)	(35.360)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	18.941	(18.941)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	374.447	74.889	83.395	18.941	-	551.672
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior (Nota 11c)	-	-	-	(18.941)	-	(18.941)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	102.486	102.486
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva de incentivo fiscal (Nota 11b)	-	-	21.246	-	(21.246)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 11c)	-	-	-	-	(20.310)	(20.310)
Dividendos intermediários (Nota 11c)	-	-	-	-	(37.110)	(37.110)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	23.820	(23.820)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	374.447	74.889	104.641	23.820	-	577.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>121.849</u>	<u>117.815</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Valor residual das baixas do imobilizado	177	11
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	(2.494)	2.827
	<u>119.532</u>	<u>120.653</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	1.848	(3.262)
Ativo de concessão	(2.822)	29.385
Ativo financeiro setorial	39.834	(4.592)
Tributos e contribuições sociais	3.670	3.875
Serviço em curso	1.465	4.112
Outros créditos	(394)	4.017
Redução (aumento) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	182	(717)
Taxas regulamentares	397	(6.984)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(3.983)	(6.135)
Outras obrigações	72	3.077
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais	<u>159.801</u>	<u>143.429</u>
Impostos renda e contribuição social pagos	<u>(16.192)</u>	<u>(14.052)</u>
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais	<u>143.609</u>	<u>129.377</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	<u>(76.360)</u>	<u>(106.418)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(76.360)</u>	<u>(106.418)</u>
Aumento líquido / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>67.249</u>	<u>22.959</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.989	17.030
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>107.238</u>	<u>39.989</u>
	<u>67.249</u>	<u>22.959</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“STN” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF e TME – Transmissora Matogrossense de Energia S.A, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III -C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km. A partir de 2024, ocorreram 3 seccionamentos na STN e assim obtendo a seguinte composição :LT 500 kV Teresina II – Tianguá II -C2 com extensão de 273 km, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará; LT 500 kV Tianguá II – Sobral III-C2 com extensão de 110km, com origem e término no Estado do Ceará; LT 500 kV Sobral III- Pecem II-C2, com extensão de 177km, com origem e término no Estado do Ceará; LT 500 kV Pecem II – Pacatuba-C1, com extensão de 68 km, com origem e término no Estado do Ceará e LT 500 kV Fortaleza II – Pacatuba-C1, com extensão de 7 km, com origem e término no Estado do Ceará.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) da concessionária é definida pelo poder concedente, por meio da ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o contrato de concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	165.314	IGP-M

(*) Conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.343/2024.

O contrato de concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 6.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da STN. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas Demonstrações Contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a STN efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da STN avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, que a STN tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1. Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Reconhecimento da receita--Continuação

3.1.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.1.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, de 10,48% a.a; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024, a STN não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.7.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Taxas regulamentares e setoriais

Reserva global de reversão: Encargos do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da RAP.

Programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Taxa de fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.9. Tributação

3.9.1. Tributos sobre a receita

As receitas da STN estão sujeitas aos seguintes tributos, pelas alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%

Esses tributos são deduzidos da receita de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração do resultado pelo seu valor líquido.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributáveis. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Em 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0138/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

Para o usufruto de tal benefício se faz necessário encaminhar o referido laudo para a Receita Federal do Brasil (RFB), o que foi regularmente feito, contudo, esta negou o reconhecimento alegando que a STN estaria sem Certidão de Regularidade Fiscal no momento da análise do pedido. Todavia, (a) a negativa da RFB extrapola o prazo limite de 120 dias contados do protocolo do recurso, em 29 de novembro de 2016, assinalado nos §1 e §2 do art. 60 da IN SRF 267/02; (b) o art. 124 da IN SRF 267/02, prevê que a regularidade fiscal apenas é exigível no momento da apresentação do pedido; e, (c) a RFB realizou lançamento indevido na análise de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. No entendimento da Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, sendo certo que estes argumentos acima elencados estão presentes, de maneira mais detalhada, no recurso administrativo apresentado perante a RFB e que, portanto, apesar dos equívocos cometidos pela RFB a Companhia tem direito a usufruir do referido benefício.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.10. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis substituirá a norma IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação a nova estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários à vista	664	7.010
Aplicações financeiras	106.574	32.979
	107.238	39.989

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração as taxas de 97% a 99% pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	1.214	1.214
Encargos de uso da transmissão a faturar (*)	19.857	21.705
	21.071	22.919
Concessionárias e permissionárias	19.380	21.180
Concessionárias e permissionárias - partes relacionadas	477	525
Concessionárias e permissionárias - outros créditos	1.214	1.214
	21.071	22.919

(*) Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas, vencíveis nos dias 15, 25 e 5 dos meses subsequentes.

6. Ativo de concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
e
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	665.680	695.065
Receita de operação e manutenção	60.946	72.524
Remuneração do ativo contratual da concessão	105.074	21.101
(-) Parcela variável	(939)	(4.145)
Realização do ativo contratual	(162.259)	(118.865)
Na Saldo final	668.502	665.680
Circulante	95.510	86.301
Não circulante	572.992	579.379

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

6. Ativo de concessão--Continuação

As contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/ reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo fiscal diferido		
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(12.887)	(14.893)
	(12.887)	(14.893)
Passivo fiscal diferido		
Diferimento do lucro da construção conforme Art. 84 inciso II, IN nº 1.515/14 e 1.700/17	140.793	140.304
	140.793	140.304
IRPJ e CSLL diferidos líquidos	127.906	125.411

8. Encargos regulatórios diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
PIS diferido (a)	11.065	11.072
Cofins diferido (a)	50.970	50.993
Taxa de fiscalização ANEEL (TFSEE) diferido	2.682	2.684
Reserva global de Reversão (RGR) diferido	17.437	17.445
	82.154	82.194
Circulante	12.475	12.148

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Não circulante	69.679	70.046
----------------	--------	--------

- (a) Em 2021, a Companhia alterou o regime de apuração do PIS/Cofins, do regime Cumulativo para o Não-Cumulativo, dessa forma a partir de 2021, a alíquota dos tributos passaram de 0,65% e 3,00% para 1,65% e 7,60%, para o PIS e a Cofins, respectivamente (Nota 13).

9. Taxas regulamentares e setoriais

		31/12/2024	31/12/2023
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	1.154	717
Taxa de Fiscalização ANEEL	(b)	843	843
		1.997	1.560

- (a) Programas de investimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de serviço público de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
- (b) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

10. Provisão para contingências

- a) A provisão para contingências refere-se exclusivamente às ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia, perfazendo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a provisão, no montante de R\$ 876.
- b) A Companhia é parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

10. Provisão para contingências—Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia estão representados conforme segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais				
Cível	1	51	1	1.884
Tributário	1	20.677	3	18.361
Outros	-	-	-	-
	2	20.728	4	19.858

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 374.447, representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Quantidade de ações	
	Integralizadas	%
Alupar Investimento S.A.	100.980.000	51
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	97.020.000	49
	<u>198.000.000</u>	<u>100</u>

b) Reservas de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais: A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

Reserva de retenção de Lucros: o valor de R\$ 23.820 a ser deliberado em Reunião do Conselho da Administração, a ser realizada até o 1º trimestre de 2025.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou o valor de R\$ 21.246 (R\$ 26.021 em 2023), relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

11. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido	102.486	102.284
(-) Reserva legal	-	(3.862)
(-) Incentivos fiscais	<u>(21.246)</u>	<u>(26.021)</u>

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Base de cálculo de dividendos	81.240	72.401
Dividendos:		
Mínimos obrigatórios	20.310	18.100
Dividendos intermediários	37.110	35.360
	57.420	53.460

Em 08 de abril de 2024, o Conselho de administração da Companhia, aprovou o pagamento de dividendos adicionais, no montante de R\$ 18.941, correspondentes ao exercício anterior.

Em 27 de agosto de 2024, o Conselho de administração da Companhia, aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 33.660 e em 18 de novembro de 2024, também aprovou, em Conselho de administração da Companhia, o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 23.760.

12. Partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

a) Saldos e transações

		31/12/2024	31/12/2023
Ativo:			
Concessionárias e permissionárias	(i)	477	525
Passivo:			
Fornecedores - CHESF	(ii)	574	596
Resultado:			
Custo das operações - serviços de terceiros - CHESF	(ii)	6.044	8.063

(i) Saldo de faturas a receber da acionista CHESF, referente ao serviço de transmissão de energia

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- (ii) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção (O&M) firmado com a acionista CHESF, o qual obteve a devida anuência da ANEEL, além dos contratos de compartilhamento do imobilizado.

12. Partes relacionadas--Continuação

b) Entidades com influência significativa sobre a Companhia

Alupar Investimento S.A.: sociedade anônima de capital aberto, com registro na CVM que tem por objeto social tem como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e nos demais países da América Latina.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - CHESF: concessionária de serviço público de energia elétrica, sociedade anônima de capital aberto, tendo como atividades principais a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

No exercício de 2024, as despesas com honorários da Administração contendo remuneração, encargos e outros benefícios diretos, totalizaram R\$ 3.234 (R\$ 3.226 em 2023).

13. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	60.946	72.524
Remuneração do Ativo contratual da concessão (b)	105.074	21.101
(-) Parcela variável	(939)	(4.145)
Total da Receita Operacional Bruta	165.081	89.480
(-) Deduções		
PIS (a)	(2.757)	(1.607)
COFINS (a)	(13.279)	13.334
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(4.274)	(2.157)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.447)	(1.420)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(797)	(447)
Total das deduções	(22.554)	7.703
Receita operacional líquida	142.527	97.183

- (a) Em face da alteração do enquadramento na sistemática do regime de apuração do PIS/COFINS, entre a data do leilão ANEEL 001/2003 e o início da operação da STN em 1º de janeiro de 2006 e em razão de alterações nas leis 10.833/03 e 10.856/04, seguindo orientação da ANEEL, em 2007, a Companhia ingressou com ação judicial contra a Receita Federal do Brasil em busca da manutenção dos regimes de apuração do PIS/COFINS estabelecidos nas bases orçamentárias para o modelo econômico praticado no leilão, não logrando êxito, em nenhuma das decisões proferidas até o momento, estando atualmente pendente do último recurso no Superior Tribunal de Justiça.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 2021, a Companhia optou, de maneira espontânea, por modificar o regime de apuração do PIS/COFINS, do regime cumulativo para o não-cumulativo e realizar o recolhimento das diferenças entre as apurações, dessa forma as alíquotas dos tributos passaram de 0,65% e 3,00% para 1,65% e 7,60%, para o PIS e a COFINS, respectivamente.

- (b) Em 2023, o índice econômico IGP-m apresentou , no caso havendo taxas negativas e obtendo resultados abaixo da mediana, assim com a remuneração abaixo do esperado.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Custos e despesas operacionais, líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos serviços prestados	(21.543)	(24.433)
(Despesas) receitas operacionais, líquidas	(9.748)	34.556
Total dos custos e despesas operacionais	(31.291)	10.123
Pessoal	(12.734)	(13.320)
Despesas com manutenção	(12.840)	(13.923)
Serviços administrativos	(2.116)	(4.088)
Serviços diversos	(1.563)	(1.500)
Honorários advocatícios	(524)	(490)
Aluguéis	(1.028)	(1.038)
Material de expediente	(123)	(124)
Viagens	(439)	(408)
Outras receitas (a)	229	45.149
Perdas na alienação de bens	-	-
Taxas e anuidades	(153)	(135)
Total dos custos e despesas operacionais	(31.291)	10.123

- (a) Em junho de 2023, a Aneel através do despacho 1.634, deliberou sobre o processo 48500.007657/2022-15, determinando a revisão tarifária do Cofins associado ao contrato de Concessão da Companhia. O desdobramento dessa específica revisão tarifária do Cofins na RAP resultou em uma receita líquida de tributos equivalente a R\$ 45.149.

15. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicações financeiras	9.197	5.515
Atualização impostos a compensar	-	248
Atualização monetária (a)	1.535	4.909
Total das receitas financeiras	10.732	10.672
Despesas financeiras		
Juros e multas	(71)	(135)
Outras despesas	(48)	(28)
Total das despesas financeiras	(119)	(163)
Resultado financeiro	10.613	10.509

- (a) Refere-se a atualização monetária sobre o reembolso da Cofins na revisão tarifária de 2023.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado em 2024 e 2023 pode ser demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	121.849	117.814
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	(41.429)	(40.057)
Exclusão do art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014 (a)	5.903	5.903
Lei Rouanet / Esporte / FIA	1.305	1.060
Despesas e provisões indedutíveis	309	141
Outras, líquidas	14.549	17.422
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.363)	(15.531)
Composição das despesas de imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(38.115)	(44.379)
Incentivo fiscal – ano corrente	21.290	26.021
Incentivo fiscal – ajuste exercício anterior	(44)	-
Corrente	(16.869)	(18.358)
Diferido	(2.494)	2.827
Total IR e CS Corrente e Diferido	(19.363)	(15.531)
Alíquota efetiva	16%	13%

(a) Realização da quota fixa, conforme Art.69 da Lei nº 12.973/2014

17. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a STN não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a parte do contas a receber da concessão recuperada pela indenização no final da concessão são classificados como valor justo por meio do resultado. A parte do contas a receber da concessão recuperada por meio da RAP é classificada como ativo financeiro pelo custo amortizado.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A STN utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A STN classifica os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber da concessão (parte recuperada pela indenização no final da concessão) como nível I.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da STN podem ser assim identificados:

Risco de crédito

A STN mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.675 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a STN mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária.

Risco de preço

As receitas da STN são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da STN é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da STN não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18. Cobertura de seguros

Os principais ativos da Companhia, representado por 3 (três) subestações, Teresina II, Sobral III e Fortaleza II, foram segurados em 10 de abril de 2024, por apólice com vigência até 02 de abril de 2025, no montante de R\$ 60.114 com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão qualquer natureza, danos elétricos, vendaval até fumaças, tumultos, greves e lock-out, roubo e lucros cessantes. O prêmio anual pago foi no montante de R\$ 183. Em 31 de dezembro de 2024, os riscos cobertos podem ser resumidos como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
SE - Teresina II	22.302	27.000
SE - Sobral III	9.951	13.500
SE - Fortaleza II	11.151	13.500
SE – Pecém II	2.700	2.700
SE – Tianguá	9.951	13.500
Estoque	4.059	3.072
Total	60.114	73.272

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam, basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida, sem influência significativa no resultado da Companhia.

Eduardo Albuquerque de Figueiredo
Diretor Financeiro

Márcio Augusto B. Fontan
Diretor técnico

Ana Caroline da S. Galvão
Contadora - CRC/PE 019527-O-6